

O INTERNATO DO APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT: O ESPAÇO, O GRUPO DIRIGENTE E OS INTERNOS.

Joaquim Tavares da Conceição¹, UFS, EAFSC-SE

1- APRESENTAÇÃO

O presente estudo analisa o internato do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1934-1946), localizado no estado de Sergipe, destacando a configuração do espaço, o perfil do “grupo dirigente” e dos internos. Trata-se de um resultado preliminar da pesquisa intitulada “A PEDAGOGIA DE INTERNAR: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)”.

Foram utilizadas fontes documentais diversas e entrevistas com ex-internos. Operou-se com uma abordagem micro descrevendo e analisando a organização espacial do internato (os usos e as funções) e as características do “grupo dirigente” e dos internos (idade, sexo, condição sócio-econômica). O cruzamento das diversas fontes históricas manejadas possibilitou a indicação de dados e evidências, ainda que incompleta, para uma maior compreensão da “pedagogia de internar” desenvolvida na Instituição.

Os Aprendizados Agrícolas (A.A.), criados e dirigidos pelo Ministério da Agricultura, eram instituições especiais que ministravam ensino profissional agrícola elementar, conjugado com o ensino primário. O Aprendizado Agrícola Benjamin Constant² foi fundado no ano de 1934, resultado da federalização do antigo Patronato São Maurício³. Recebeu a denominação inaugural de Aprendizado Agrícola de Sergipe e, em 1939, passou a ser denominado Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (Cf. BRASIL, 1939).

2- OS ESPAÇOS ESPECÍFICOS DO INTERNATO: O EDIFÍCIO-INTERNATO

Os espaços específicos do internato estavam dispostos no prédio principal, um antigo edifício-internato originalmente planejado para o internamento de menores desvalidos do antigo Patronato Agrícola.

O edifício-internato recebeu adaptações e remodelações para o funcionamento do Aprendizado Agrícola de Sergipe, ficando apto para o recebimento de até cem alunos

¹Professor da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão e membro do Núcleo de Pesquisas Agropecuárias e Educacionais da EAFSC-SE. Mestrando em Educação pela UFS e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação: intelectuais da educação, instituições e práticas escolares.

²Atual Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE.

³Instituição para assistir menores desvalidos criada em dia 31 de outubro de 1924 pelo então governador do estado de Sergipe Graccho Cardoso. Cf. NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. 2006.

internos (Cf. BRASIL, 1944). O plano arquitetônico do prédio em forma de “U” possuía uma área total construída de 2.230,11 m². Com as remodelações que sofreu para a instalação do Aprendizado, passou a ter como divisões internas, a sala do gabinete do diretor e escrituraria, o gabinete de história natural, física e química, os salões de aula e os espaços específicos de funcionamento do internato (dormitório coletivo, conjunto de sanitários e banheiros, vestiário, rouparia, refeitório e cozinha).

O dormitório do antigo edifício-internato era do tipo “grande vão coletivo” com uma área de 405,45 m², sem paredes divisórias internas, com as dimensões de 10,20x46,65. As paredes de 0,45 metros de largura e o pé direito com 4,47 metros eram pintadas de branco, o telhado de telha comum aparente e o piso de ladrilho. No espaço do “grande vão coletivo” estavam dispostas diversas camas devidamente forradas com lençóis brancos:

Era dentro do Aprendizado mesmo, no lado direito da entrada, ali eram três dormitórios. Primeiro segundo e terceiro. Era como se fosse um dormitório de quartel. Você chegava no primeiro dormitório avistava o último. Você chegava no último avistava o primeiro, era um vão só. Eram quatro filas de camas. A gente via aquilo branco como se fosse uma coisa diferente (Cf. GREGORIO, 2005).

O dormitório ficava disposto na parte do edifício-internato que possibilitava a incidência dos raios do sol desde a alvorada até quase o entardecer. Sendo este um aspecto importante para a manutenção da salubridade do dormitório, pois a iluminação e aquecimento solar eram recomendados para evitar a proliferação de doenças contagiosas e outros males que costumavam aparecer nos dormitórios dos internatos (Cf. RIBEIRO, 1997).

O sistema de ventilação e renovação do ar se fazia por 12 janelões (1,29x1,50) com basculantes dispostos na parede no sentido que dava para a área externa do prédio, e grandes portas de duas folhas providas de bandeiras, que davam para a parede interna do lado do pátio.

Os internos eram distribuídos e divididos em três alas de camas de acordo com a idade e o desenvolvimento físico. A primeira era ocupada pelas filas de camas dos maiores (o primeiro dormitório), a segunda, pelas camas dos médios (o segundo dormitório) e, finalmente, as filas de camas dos pequenos (o terceiro dormitório). Conforme a recordação de um interno:

“O dormitório sem divisão no meio. Era um salão só. A divisão era de acordo com a quantidade e qualidade das camas. O último dormitório era umas camas feita que é a cabeceira redonda, era o último de lá, que era o dormitório dos mais velhos. Vizinho tinha outro dos mais encostados e pra cá era dos menores. Dividia por idade e tinha um corredor

separando. Ali tinha o lugar do guarda de aluno passar pra ir olhando. (Cf. FERREIRA, 1995)

De móveis no dormitório somente as camas do tipo patente comum, providas de colchões. As camas eram de madeira, devidamente identificadas com tachinhas de metal com a gravação de um número correspondente para cada interno (Cf. FERREIRA, 2005).

O número de internos que ocupavam o dormitório apresentou, durante os anos de funcionamento do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1934-1946) um gradativo aumento da lotação. Começou com 71 internos, em 1934, e atingiu a lotação de 125 internos, em 1946 (Cf. NASCIMENTO, 2004.). A superfície do dormitório ocupada por cada interno foi inicialmente de mais ou menos 5,70 m² até atingir 3,24 m², no ano final.

A legislação sanitária da época determinava a superfície mínima de 6 m² por pessoa ou leito (Cf. SERGIPE, 1937). Uma exigência considerada exagerada, ou mesmo um “luxo” para os internatos. Por isso, recomendava-se a redução do padrão legal para 4,50 m², desde que o dormitório fosse devidamente servido por sistema suficiente de circulação e renovação constante do ar e uma boa cubagem (Cf. RIBEIRO, 1997). Comparando esses dois índices com as condições de ocupação do dormitório do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant verifica-se que ele sempre esteve em desacordo com a legislação sanitária vigente na época, coincidiu nos primeiros anos (1934-1938) com a recomendação de 4,50 m², para finalmente ficar em desacordo com os dois índices durante o restante do período.

No início da fase crítica de ocupação do dormitório (1939-1946) o crescente afastamento das condições de salubridade foi, em parte, amenizado pela disposição de uma média de nove internos por janelão e a cubagem (volume) média de 16 m³ por interno. A disposição dos janelões e a cubagem razoável do espaço eram recomendadas para ajudar na circulação permanente do ar e na ventilação do ambiente (Cf. RIBEIRO, 1987).

O refeitório estava instalado em uma área de 174,42 m², com mesas de madeira retangulares com capacidade para 10 pessoas e forradas com toalhas brancas. Os copeiros colocavam os alimentos em grandes tigelas e os internos serviam-se fazendo uso de talheres e em pratos, sob a coordenação dos dois chefes de mesa que sentavam nas cabeceiras e repartiam a comida entre todos (Cf. FERREIRA, 2005). A cozinha funcionava à base de fogão a lenha em uma área de 90,78 m², vizinha ao refeitório. A preparação da primeira alimentação começava antes do dia clarear: “... o cozinheiro tinha que vim pra escola três e meia da manhã pra poder acender o fogo, fazer o café, fazer o mingau” (Cf. FERREIRA, 2005).

A água e o serviço de esgoto são dois fatores essenciais para a manutenção das condições sanitárias de um internato. No Aprendizado, a água era captada através de bomba elétrica retirada do rio Poxim Assu e elevada para os reservatórios. O serviço de esgoto era realizado por meio de fossas (Cf. BRASIL, 1944). A energia elétrica chegava através da rede de distribuição da Empresa de Tração Elétrica de Aracaju. Nos primeiros anos da federalização, a energia elétrica tornou-se um problema, pois constantemente e por vários dias ocorria a queda do fornecimento prejudicando o andamento dos serviços do internato. Estes fatos podem ser percebidos através das anotações do auxiliar-agrônomo no “Livro de Registro de Ocorrências”: “Sr. Diretor. Continua a falta de energia elétrica e por esse motivo sem água para o consumo, higiene e banho dos alunos (...) os nossos educandos carregando água” (Cf. BRASIL, 1942).

As instalações sanitárias (banheiros e latrinas) eram providas de água encanada e ficavam em um local específico do edifício-internato próximo ao dormitório. Quando chegavam ao internato, muitos internos precisavam aprender a utilizar essas instalações sanitárias, pois muitos não tinham o costume ou o acesso a elas em suas residências:

Naquela época muita gente que morava no interior não tinha sanitário. Eles faziam as necessidades fisiológicas era fora, no mato, essa coisa toda. Mas lá tinha sanitário. Muitos moravam nas suas casas, outros não tinham. Mas aquilo se acostumava normalmente, aquilo ele via o colega fazendo então ele aprendia na hora, aprendia logo. Ia tomar o banho dele ia pro sanitário, ia fazer tudo (Cf. FERREIRA, 2005).

A rouparia servia para receber as roupas sujas pra lavar e guardar as lavadas. Tinha prateleiras numeradas onde a funcionária colocava as roupas lavadas e passadas. O vestiário era vizinho às instalações sanitárias. Era um espaço com diversos armários individuais em que os internos guardavam os pertences pessoais (Cf. FERREIRA, 2005).

O espaço do internato contava também com uma enfermaria montada e instalada em um prédio próprio. O pavilhão da enfermaria começou a ser construído no ano de 1939, em prédio especial, afastado do corpo do edifício-internato, a mais ou menos 40 metros deste. Na construção, observou-se preceito sanitário da época, segundo o qual a enfermaria deveria ficar distante das salas de aulas, do refeitório e dos dormitórios para evitar contágio (Cf. RIBEIRO, 1997). A enfermaria possuía como divisões internas: sala de recepção, sala de curativos, ambulatório médico, ambulatório odontológico, salão para o recolhimento de internos doentes e instalações sanitárias revestidas com mosaico luminoso branco (Cf. BRASIL, 1940, GREGORIO, 2005).

3- O GRUPO DIRIGENTE

Os Aprendizados Agrícolas eram subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) e administrado por um agrônomo que exercia a função de diretor. Sua organização era composta por três núcleos: Núcleo de Agricultura (N.A.), Núcleo de Zootecnia (N.Z.) e Núcleo de Indústrias Rurais (N.I.R.). Cada núcleo estava sob a direção de um auxiliar-agrônomo, ou chefe de núcleo (Cf. BRASIL, 1943). A organização devia imitar uma “fazenda moderna” e produtiva para que servisse de modelo pedagógico para os menores internos futuros trabalhadores do campo (Cf. MENDONÇA, 1997).

O pessoal permanente do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant era formado pelo diretor, o auxiliar-agrônomo, o chefe de culturas, o médico, o escriturário, o ecônomo-almojarife, três mestres de oficinas, um porteiro-contínuo e um inspetor de alunos (Cf. BRASIL, 1934). Além desses, contava com empregados diaristas: três professores do ensino primário, três guardas de alunos, cozinheira, copeiros, lavadeiras e diversos operários agrícolas.

O “grupo dirigente”, funcionários efetivos do Ministério da Agricultura, era formado pelo diretor, dirigente máximo do estabelecimento, pelo chefe de núcleo e inspetor de alunos. Esse comando diretivo possibilitava uma verdadeira “vigilância hierárquica” com muitos observatórios de controle e vigilância dos menores internos.

O diretor funcionava como última instância nas questões diretamente ligadas aos internos. Era de sua competência pronunciar-se sobre as medidas disciplinares aplicadas e, de forma exclusiva, aplicar medidas disciplinares graves, como o desligamento do estabelecimento.

O chefe de núcleo (ajudância) programava e dirigia as atividades dos alunos, especialmente as atividades de campo. Aplicava os castigos disciplinares, orientava e aconselhava os internos sobre as condutas corretas. Fiscalizava o cumprimento das atividades por parte do inspetor de alunos, do médico, e do dentista. Era o substituto legal do diretor e estava a este diretamente subordinado.

O inspetor trabalhava diretamente com os internos, verificando a disciplina e a execução das tarefas diárias programadas. Os guardas de alunos estavam diretamente subordinados a ele. Todas as atividades dos internos no espaço do edifício-internato eram realizadas sob a supervisão do inspetor, auxiliado pelos guardas de alunos. Cabia a ele a distribuição dos internos para a execução das tarefas diárias, de acordo com uma escala de

trabalho. Também fiscalizava a conduta dos internos no dormitório, no refeitório e no banheiro, durante o banho coletivo.

No “processo de admissão” (Cf. GOFFMAN, 1974) o “grupo dirigente”, através de diversas modalidades de “exames”, procurava obter informações sobre a pessoa e o corpo dos internos. Para isso, utilizava o exame médico e dentário obrigatório e histórico de vida. As informações sobre as condições de vacinação do candidato e outros “assignalamentos *physicos*” eram anotadas no “Livro de Matrícula” (Cf. BRASIL, 1938).

Esse “processo de admissão” colocava em movimento uma “cerimônia institucional” ou um determinado processo de *iniciação* do sujeito na cultura da instituição (Cf. GOFFMAN, 1974). Era um momento crucial de socialização do internado quando a equipe dirigente, dando “as boas-vindas”, fazia um reconhecimento inicial das atitudes dos candidatos e procurava “... incluir um ‘teste de obediência’ ou até um desafio de quebra de vontade; um internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe” (GOFFMAN, 1977:26). Assim, antes de serem definitivamente aceitos, os candidatos à matrícula eram considerados encostados, até que fossem definitivamente matriculados.

4- OS INTERNOS

Da fundação em 1934 até a transformação em Escola de Iniciação Agrícola em 1946, o Aprendizado Agrícola Benjamin Constant matriculou mais ou menos 1.141 menores na maioria pobres filhos e órfãos de pequenos proprietários e trabalhadores do campo (Cf. BRASIL, 1938; NASCIMENTO, 2004; SANTOS, 2005).

Todos os internos obedeciam a uma escala diária de trabalho nos núcleos agropecuários (horta, pomar, estábulo, pocilga, culturas anuais) e nas oficinas de couro, madeira e ferro. E, além dessas atividades, os internos realizavam faxinas em todos os espaços do edifício-internato: “... tinha que entrar na ordem de serviço. Ordem de serviço é o inspetor designar a escala. Gritava: ‘Ferraria, marcenaria, carpintaria, selaria, dormitório’ ai é onde entra o serviço da limpeza geral” (Cf. SANTOS, 2005).

A rotineira e obrigatória execução diária de tarefas por parte dos internos era justificada pelo “grupo dirigente” como um modelo que possibilitava a aprendizagem do ofício trabalhando de maneira produtiva e como uma forma de custear uma parte dos gastos com o internato, pela produção de gêneros alimentícios nos núcleos agropecuários (Cf. BANDEIRA, 1987).

A pobreza e a procedência rural da maioria dos internos eram fatores que facilitavam a adaptação à rotina de tarefas práticas nos núcleos agropecuários e nas oficinas (selaria,

carpintaria e ferraria) e a conformação aos rigores disciplinares de um regime de quartel. Muitos já estavam acostumados ao trabalho, pois ajudavam à família na execução de tarefas agrícolas. Por outro lado, procediam de famílias rurícolas pobres cujas condições de sobrevivência e as oportunidades de estudo eram difíceis ou inexistentes. Assim, para muitos, a instituição apresentava-se como única oportunidade objetiva para melhorar as condições de vida:

Eu não tinha condições porque o estudo tinha que sair para uma outra cidade como Cedro de São João, Propria, ou então, Malhada dos Bois que fica naquela região e isso eu não podia fazer. Eu trabalhava na agricultura junto com os velhos. Não tinha outra atividade. (...) Minha mãe se interessou. Os adolescentes, a maioria vinha pra o Aprendizado. Era um colégio feito pra o pobre, o pobre que não podia estudar fora. Então tirava a papelada nos cartórios e então entrava. Ia começar a vida. A decisão foi da minha mãe. Ela disse: “Eu vou colocar vocês lá pro Aprendizado por que aqui não tem meio, vocês aqui vão se acabar.” Por que não havia mesmo, outro jeito melhor, um futuro pra uma criança. Então colocou a gente pra lá. Cheguei no início do ano de 1943. Era uma escola que ensinava e onde se trabalhava. Porque dava um turno na parte da manhã, porque tinha dois turnos parte da manhã e parte da tarde. Quem estudava pela manhã trabalhava à tarde, saía pra horta, pra um pomar, pra uma pocilga. (Cf. GREGORIO, 2005).

Quando ingressavam no estabelecimento, os internos recebiam enxoval composto por duas fardas, uma para as aulas e outra para os trabalhos de campo, um sapato e uma botina, um pijama, duas toalhas de banho, roupas de cama e escova de dente. O enxoval era identificado com o número de matrícula de cada interno. Também recebiam uma cama com colchão, identificadas com “tachinhas de metal”, com a recomendação de que jamais poderiam ser trocadas. O quadro que segue apresenta a relação de alguns bens recebidos pelos internos no momento do ingresso e durante toda a estadia no estabelecimento.

QUADRO I: RELAÇÃO DE ALGUNS MATERIAIS QUE OS INTERNOS RECEBIAM AO INGRESSAREM NO APENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT (1934-1946)

Nº de Ordem	MATERIAIS RECEBIDOS PELOS INTERNOS
01	Uma farda mescla (calça /camisa)
02	Uma farda kaki (calça /camisa)
03	Um par de reíunas (botina com elástico, usada pelos soldados)
04	Um par de rolós
05	Um par de borzeguins
06	Duas toalhas de banho
07	Uma colcha
08	Dois pijamas
09	Lençóis de cama completo
10	Um casquete kaki e um casquete mescla
11	Uma escova de dentes

Fonte: BRASIL. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Livro de Registro de Entrega de Vestuários a Educandos, 1946.

O Aprendizado Agrícola Benjamin Constant oferecia aos internos quatro refeições diárias (café, almoço, lanche e jantar), assistência médico-dentária, roupas lavadas e passadas, reparos e confecção de roupas e calçados e materiais de asseio pessoal.

A manutenção do internato era garantida pelos recursos destinados ao Aprendizado pelo Ministério da Agricultura, através da Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário e uma pequena complementação da produção agropecuária dos Núcleos Agrícolas destinada ao refeitório.

Durante o período de permanência no estabelecimento, os internos eram submetidos a diversos “exames”, rotineiros ou ocasionais, em seu corpo, no seu espaço no dormitório coletivo, no seu armário individual, objetivando a verificação do cumprimento das regras de higiene da Instituição.

O Aprendizado contava com a assistência de médico⁴ e de dentista⁵ que prestavam atendimento aos internos duas vezes por semana. O médico, além de tratar e medicar internos doentes, examinava os alunos novatos candidatos à matrícula para atestar as condições de saúde, pois os portadores de doenças contagiosas estavam impedidos de se matricular no estabelecimento. O interno acometido por alguma moléstia contagiosa ou que exigisse repouso era recolhido à enfermaria, ficando sob os cuidados e vigilância do “enfermeiro”⁶. Ou, tendo família que pudesse acolher, retornava para casa com uma carta do diretor informando a situação⁷. O atendimento do dentista era, na maioria dos casos, a prática de extração de dentes. O aluno submetido a esse tipo de tratamento também ficava, por recomendação do dentista, dispensado dos trabalhos.

A principal doença que acometia os internos era a febre palustre (malária). Os focos dos mosquitos transmissores ficavam ao longo dos rios Poxim Assu e Poxim-Mirim, que banhavam as terras do Aprendizado (Cf. BANDEIRA, 1989). A “terrível doença” tinha se tornado responsável pela desistência de muitos internos, que aproveitavam o período de férias e não retornavam ao estabelecimento.

Para garantir o controle e inspeção diária das regras institucionais era atribuído um número a cada internos e aos seus respectivos bens pessoais, a distribuição de roupas padronizadas da instituição, a designação de um local para o internado no espaço no dormitório coletivo (uma cama numerada) e um armário individual, também numerado.

⁴Abílio Fernandes de Faria, médico clínico. Cf. BRASIL. 1934 (b).

⁵Yolando Ferreira de Melo e Manoel Torres dentista ajudante. Cf. BRASIL. 1934 (b).

⁶Delio Luiz Santos (aluno fundador do A. A. de Sergipe) continuou no estabelecimento exercendo a função de enfermeiro-ajudante. Cf. BRASIL. 1944.

⁷Carta do diretor José Augusto de Lima: “Retorna para casa aluno doente.” Cf. BRASIL. 1940.

Estas práticas permitiam a verificação imediata do cumprimento por parte dos internos dos dispositivos de higienização dos corpos e dos costumes impostos pelo estabelecimento.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendizado Agrícola Benjamin Constant caracterizou-se pelo oferecimento de um espaço físico determinado e a atuação de um “grupo dirigente” incumbido de controlar, disciplinar e instruir os menores internos.

Os espaços específicos do internato (dormitório coletivo, rouparia, vestiário, instalações sanitárias, refeitório e cozinha) estavam dispostos no edifício-internato. O “grupo dirigente” programava, dirigia e vigiava todas as atividades dos internos. Os agentes da “vigilância hierárquica” eram o diretor, o auxiliar-agrônomo e o inspetor de alunos, auxiliado pelos guardas de alunos. Os menores formados e assistidos eram, principalmente, rurícolas e pobres, fatores relevantes para a sujeição à rotina de trabalho e aos rigores do regime disciplinar de quartel.

O Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, contando com um grupo de supervisão especializado, instruiu menores através de um ensino eminentemente prático, baseado no lema “aprender fazendo”. E, também, contando com um espaço de internamento específico e o oferecimento de diversos serviços, assistiu menores pobres que tiveram na Instituição a única alternativa de estudo e sobrevivência.

6- ENTREVISTAS

GREGÓRIO, José. 2005. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de novembro de 2005.

LIMA, João Ferreira. 2005. Entrevista concedida ao autor no dia 17 de novembro de 2005.

SANTOS, Manoel do Carmo. Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

6- FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. 1934. DECRETO N. 24.115 - DE 12 DE ABRIL DE 1934. Dispõe sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura. Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional, da Produção Vegetal. 1934.

SERGIPE. 1937. DECRETO N. 77 – DE 24 DE MAIO DE 1937. Dá regulamento ao Departamento de Saúde Pública de Sergipe. 1937.

BRASIL. 1938. APRENDIZADO AGRÍCOLA DE SERGIPE. Livro de Matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe. 1938.

BRASIL. 1939. DECRETO-LEI N. 1.029 - DE 6 DE JANEIRO DE 1939. Dá denominações aos Aprendizados Agrícolas da Ministério da Agricultura. 1939.

BRASIL. 1940. APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT. Livro de Correspondência expedida pelo Aprendizado. Janeiro/Junho.1940.

BRASIL. 1942. APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT. Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. (Setembro de 1942/Novembro de 1943).

BRASIL. 1943. REGIMENTO DOS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS. Decreto N. 14.252, de 10 de dezembro de 1943.1943.

BRASIL. 1944. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Relatório das atividades do Ministério da Agricultura. MAIC, 1930-1944.

BRASIL. 1946. APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT. Livro de Registro de Entrega de Vestuários a Educandos, 1946.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Astolfo Ribeiro Pinto. **Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste**. Fortaleza. 1989.

CAMARGO, Erney Plessmann. “Malária, maleita, paludismo”. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo. Jan./Mar 2003, vol.55, no.1, p.26-29.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. O "TEMIDO LIVRO DE NOTAS": o "jornalismo" do internato. In: **VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. p. 333-334.

RIBEIRO, Eurico Branco. “A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denílson Roberto; SCHMIT, Maria Auxiliadora. (Orgs.).**I Conferencia Nacional de Educação**.Brasília: MEC – SEDEIA/INEP – IPARDES. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva. 1974.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola**. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. UFS. 2006.